



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0018650-03.2010.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento Sumário - Assunto Principal do Processo << Nenhuma informação disponível >>**
 Requerente: **Maiara Flaviane Pagoto Me**
 Requerido: **Cpfl Companhia Paulista de Força e Luz**
 Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

CONCLUSÃO

Aos 03 de maio de 2014, faço estes autos conclusos ao MM. Juiz de Direito, o Exmo. Sr.
Dr. MILTON COUTINHO GORDO.
 Eu,....., esc., digitei e subscrevi.
 Processo nº 1925/10

VISTOS.

MAIARA FLAVIANE PAGOTO – ME ajuizou a presente ação **DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C.C. NULIDADE DE COBRANÇA, INDENIZAÇÃO E PERÍCIA TÉCNICA** com pedido de liminar em face de **CPFL – COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ.**

Alega a requerente que: 1) segundo inspeção realizada pela requerida foram encontradas irregularidades no relógio medidor de energia elétrica da Unidade Consumidora nº 34940731 de sua responsabilidade; 2) durante a inspeção apenas autorizou que fosse trocado o relógio medidor de energia elétrica e não sabia da existência do documento TOI – Termo de Ocorrência de Irregularidade, que mais tarde embasou uma cobrança


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

administrativa, exorbitante; 3) a troca do relógio em nada alterou o seu consumo médio, sendo que devido à variação do movimento do seu comércio, de vendas de hortaliças e frutas, há um maior ou menor consumo de energia; 4) recebeu da requerida, “Cálculo Cobrança – Consumo Irregular” exigindo pagamento da diferença de valores, devido à alegada irregularidade. 5) além da requerida não ter respondido as razões expostas no recurso administrativo, expediu ordem de corte de fornecimento de energia. 6) entende que a responsabilidade pela irregularidade do relógio medidor é da requerida, pois este é verificado mensalmente por ela. Requereu, liminarmente, que a requerida seja impedida de proceder ao corte de energia elétrica, seja declarada a inexistência do débito (e sua absoluta nulidade) e que a requerida seja condenada a pagar o valor cobrado de forma irregular, acrescido de correção monetária e juros legais. Juntou documentos às fls. 15/35.

Liminar deferida (fls. 37 e 37 vº).

Contestando a fls. 54 e ss a requerida sustenta que: 1) agiu legalmente, inclusive, colhendo provas para que pudesse efetuar a cobrança, pois havia irregularidades na mediação de consumo na Unidade Consumidora de responsabilidade da requerente; 2) a cobrança é referente à diferença de consumo que não foi registrada no período em que houve a adulteração do medidor de energia; 3) O TOI visa formalizar a constatação de qualquer irregularidade encontrada nas unidades de consumo dos usuários de energia elétrica que proporcione faturamento inferior ao real; 4) o medidor de energia ativa estava com a bobina de potencial da fase (A) interrompida, devido à carga de corrente contínua injetada de forma intencional no ramal de entrada de ligação, provocando a redução no registro do montante de energia consumida, de forma a causar prejuízos à concessionária e aos demais consumidores da área de concessão; outrossim, esse tipo de adulteração é resultado de ato humano; 5) a autora não trouxe com a inicial qualquer elemento probatório para



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

comprovar suas alegações; 6) a cobrança foi realizada auferindo-se o real consumo utilizado pela requerente e subtraindo os valores pagos das contas regulares. 7) a possibilidade de suspensão do fornecimento de energia é legal, amparada pela resolução 456 da ANEL. No mais, pela improcedência de todos os pedidos veiculados na inicial. Juntou documentos às fls. 77/87

Por meio de reconvenção (fls. 42 e ss) a requerida pediu a condenação da autora no pagamento do valor apurado.

Contestação à reconvenção fls. 69 e ss.

Réplica às fls. 95.

Em cumprimento ao despacho de fls. 101 a requerida pediu prova oral e documental e carreou aos autos o histórico do consumo da autora durante o ano de 2010. A autora não se manifestou (cf. certidão de fls. 107v).

Pelo despacho de fls. 108 foi determinada a realização de prova pericial, cujo laudo foi encartado a fls. 130 e ss.

Manifestação da requerida às fls. 150/153; a autora não se manifestou (fls. 155).

Declarada encerrada a instrução, apenas a requerida apresentou memoriais (fls. 161/169 e 170).

Pelo despacho de fls. 171 o julgamento foi convertido em diligência e, na sequência, o laudo pericial foi complementado (fls. 175/178).

A autora permaneceu inerte frente ao despacho de fls. 188.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

É o RELATÓRIO.

DECIDO.

Inicialmente cabe ressaltar que a autora é depositária de toda a aparelhagem (medidores de energia e outros correlatos), instalados no local e como tal, **está obrigada a por eles zelar**.

Nesse sentido o art. 3º da Portaria DNAEE nº 222, de 1987, que dispõe sobre a custódia de tais equipamentos.

Também se aplica à hipótese dos autos, o disposto no artigo 630 do Código Civil, segundo o qual, “se o depósito se entregou fechado, colado, selado, ou lacrado, nesse mesmo estado se manterá”.

No caso específico dos conhecidos “medidores”/relógios há o recebimento pelo destinatário em depósito ainda que inexistia ato formal a respeito.

Nessa linha de raciocínio, recebendo o depósito fechado, o depositário deve não ter tão só a delicadeza moral, como a obrigação jurídica de conservá-lo nesse estado; não pode abri-lo, a menos que obtenha expresso consentimento do depositante. Ainda nessa hipótese, não está o primeiro autorizado a revelar-lhe o segredo, salvo se tratar de ato ilícito. Violado o depósito, o depositário sujeitar-se-á as perdas e danos; o depositante só tem de provar o prejuízo experimentado e o depositário, para não pagá-lo, terá de destruir a presunção de culpa que a lei lhe atribui (“Curso de Direito Civil – Direito das Obrigações”, 2ª parte, 6ª ed., Saraiva, 1969, pág. 244, Washington de Barros Monteiro).

Ficou configurado em laudo elaborado por órgão contratado pela concessionária (mais especificamente a CCS – INSPEÇÃO RECUP. DE



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

ENERGIA), empresa idônea, que o medidor cuja guarda havia sido deferida à autora apresentava as irregularidades descritas a fls. 79, ou seja: “bobina de potência da fase “A” interrompida devido a carga de corrente contínua injetada de forma intencional no ramal de entrada de ligação sem o rompimento dos devidos lacres.

Tais irregularidades prejudicaram a integridade do registro da energia consumida e indicam manipulação no lacre, danos na bobina de potencial e riscos nas superfícies superior e inferior do disco.

Antes de ser vistoriado, o aparelho foi acondicionado em invólucro lacrado logo após a investida dos prepostos da ré e exatamente assim chegou à já referida empresa.

Essa irregular conduta da autora, além de causar evidente prejuízo econômico a postulada, gera risco de acidentes e até incêndios em vista da precariedade com que se reveste.

A perícia oficial entendeu justificada a ação da ré em vista de uma anormalidade no comportamento do medidor de consumo de energia que acabou sanada com sua substituição (v. fls. 142). Após tal conduta o consumo (3º período) o comportamento da UNIDADE CONSUMIDORA, retornou aos patamares anteriormente registrados (1º período), estatisticamente equivalente.

Assim, não há como acoimar de ilegítima a atuação da ré e, por consequência, o faturamento da energia consumida (com uma ressalva, destacada mais adiante) nos meses especificados no laudo já referido como “2º período”, indicando o “dies a quo” da irregularidade com inferência estatística de 99% de significância.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

A medida colocada em prática tem ainda evidente intuito educativo e conforme acima visto, representa regular exercício de direito (contratual).

* * *

O mesmo se pode dizer, do valor exibido pela ré.

É aceitável a cobrança de energia consumida e não registrada, desde que apurada em procedimento regular, com as necessárias informações ao consumidor acerca dos critérios para o cálculo, com possibilidade de impugnação e exercício de defesa. Só assim o corte de fornecimento, pela falta de pagamento, seria justificado.

No caso, a requerida procedeu de modo unilateral, abrupto, sem participação do consumidor.

Embora a nova sistemática prevista na Resolução 414/2011 seja mais adequada ao que prevê o art. 51, IV do CDC, cabe ressaltar que a ação da ré se deu em data anterior, quando não estava ela ainda em vigor, mais especificamente em maio de 2010.

Imputou à consumidora R\$ 3.018,00 a título de custo administrativo, superando o percentual máximo previsto na Res. Normativa 456 (ANAEL) e calculou a própria diferença de consumo de modo “obscuro” (textual fls. 176).

Reprovável essa conduta da ré, já que o montante exigido de R\$ 3.018,00 supera, e muito, os R\$ 107,04 previstos na Resolução Homologatória 1.058 (de setembro de 2010) editada para regulamentar o custo


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

administrativo a que alude a Resolução 411/2010, prevendo quatro montantes fixos (de R\$ 71,34, R\$ 107,04, R\$ 178,44 e R\$ 2.379,20), segundo o tipo de consumidor.

Como se não bastasse ter adotado o critério mais fácil de cálculo do valor de consumo não registrado, ainda pretende cobrar o máximo do custo administrativo. Mais uma vez viola os princípios da legalidade e moralidade.

Nessa linha de pensamento, só nos cabe deliberar que a ré tem direito a cobrança de um “custo administrativo” de R\$ 107,04 em substituição aos R\$ 3.018,00 exigidos e, deve, “oportuno tempore”, pormenorizar o cálculo da diferença entre os valores apurados e efetivamente faturados, a fim de que o louvado oficial possa arbitrar o que, efetivamente, lhe é devido (em atendimento ao consignado a fls. 176, parágrafo 4º).

Mais, creio, é desnecessário acrescentar.

* * *

Pelo exposto e por tudo o mais que dos autos conta, **RECONHEÇO a inexigibilidade do montante especificado a fls. 18, diminuindo o “custo administrativo” para R\$ 107,04** e determinando que, oportunamente, por arbitramento, após manifestação da ré pormenorizando seu cálculo, o valor da diferença de Kwb não faturado seja apurado: a ré deverá expor seu cálculo em 30 dias e na sequência, após posição da autora, o vistor se posicionará.

Os honorários provisórios do vistor serão adiantados em igualdade de condições (50%) para cada parte.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

O montante servirá para fins de cobrança em atendimento ao pleito reconvenicional.

Como ocorreu sucumbência recíproca nas duas LIDES, cada parte suportará os honorários de seus patronos, as custas respectivas e metade dos honorários do vistor oficial

P. R. I.

São Carlos, 03 de junho de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**